

A LITERATURA BRASILEIRA COMO FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO SABER E DA SOCIEDADE

Luiz Roberto Alves*

Resumo

A Literatura Brasileira se destaca como formadora de laços entre arte e sociedade. Quer pela amplitude do instrumento lingüístico, quer pelos seus compromissos sociais. A sua construção estética do processo histórico revela o diálogo entre obras, autores e público e, deste modo, torna-se consciência estruturante da vida social e econômica da nacionalidade, bem como fiel depositária da riqueza lingüística e sujeito histórico de projetos de mudança do país. Em face dos vertiginosos modos de comunicação do conhecimento contemporâneo convém desenvolver diálogos no interior das ciências sociais e das artes, entendidos como valor de formação e atitude epistemológica diante das mudanças sociais. Nessa visada, instrumentos multidisciplinares de investigação e ensino podem descobrir caminhos novos de trabalho acadêmico e profissional, visto que ontem e hoje abre-se na Literatura Brasileira o conhecimento/reconhecimento da riqueza dos cenários em que se têm organizado e gerido as esferas pública e privada. Ainda mais curioso e instigante será descobrir que a literatura do país buscou entender os sentidos da vida e da obra do gestor e do empreendedor como personagens e sujeitos das histórias locais, regionais e nacional.

Abstract

The Brazilian literature points out itself as creator of ties between art and society. Either by its linguistic instruments, or by its social compromises. Its esthetical creation shows a dialogue between works, authors and public. Then, become consciousness of social and economic life of nation. That means, also, a treasure

of folk richness and projects of changing. Today, facing great transformations in communication and management of knowledge, it is important to develop dialogue within social sciences and arts, because they are values for education and for our acts of knowledge, in order to prepare students and professionals. In this way, our better instruments of investigation will provide best ways for academic work. The Brazilian literature is able to participate in understanding the richness of scenes in which the public and private life are organized. Even important will be the understanding of new senses in the life of contractors as personage and subject of History, in their spaces of life.

Palavras-chave: Literatura, Gestão Social, Saberes, Desenvolvimento, Literature, Social Management, Knows, Development

João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro do Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro” (*O Cortiço* – Aluísio de Azevedo).

Introdução

Independentemente das doutrinas e sistemas, o século XIX conheceu o desdobramento da História em suas disciplinas auxiliares e reconhe-

ceu o corpo das Ciências Sociais, da Política e da Antropologia. Quanto ao primeiro fenômeno, permitiu o afinamento de novos instrumentos de trabalho historiográfico; quanto ao segundo, elaborou teorias essenciais para a interpretação aguda e compreensiva da própria História e dos processos de organização social. De fato, a divisão do corpo científico no século XIX criou um movimento ecumênico de colaboração e complementaridade criativas, visto que o acompanhamento crítico de um mundo em mais rápidas transformações tanto exigiu especificidade na pesquisa quanto permitiu grandes visões de conjunto e intercâmbio de instrumentos de trabalho. Haja vista que o intervalo de tempo que aproxima Einstein, Picasso, Mário de Andrade, Primeira Guerra Mundial, Fayol, Lima Barreto, Organização do trabalho livre, Weber, Ford e Henri Matisse constrói os modernismos – seus projetos e suas experiências - na Europa e nas Américas. No entanto, essa construção *desconstrutora* da vida social moderna exigiu fundas análises das várias dimensões do conhecimento para que se passasse às novas gerações um conjunto esclarecedor de sentidos capazes de fecundar todo o século XX. Futurismo, Cubismo, Relatividade Científica, Poder, Velocidade, Organização de Sistemas, Desigualdades Sociais, Pluralidade Cultural, Psicanálise são denominações de movimentos e situações tanto específicos de campos do saber quanto de convergências de sentimentos, problemas, necessidades sociais e

* Professor na Universidade Metodista de São Paulo e na Universidade de São Paulo. Atualmente Pesquisador Visitante na Universidade de Florença (PDE) com apoio do CNPq. Autor de obras sobre gestão, educação, artes e comunicação. Linha de Pesquisa: Cultura, Comunicação e Organização. betocepa@hotmail.com.

vontades. As artes desse tempo estão prenhes de velocidade, relatividade e sentido das desigualdades, valores trabalhados nas outras esferas do saber que, por sua vez, vivem aventuras *estéticas*, pois empreendem ousadias em tempo que começa a exigir rápido processo de decisão. O Oswald de Andrade, que tanto joga poeira sobre paulistanos atônitos a partir dos pneus de seu Ford a estonteantes 30 quilômetros horários quanto busca construir uma doutrina política a partir de sua arte, ou Marinetti a deglutir os sentidos da velocidade nos seus poemas elaboram conhecimentos homólogos ao esforço de tornar civilizado o burocrata servil e manhoso de Machado de Assis – também trabalhado por Weber – ou normatizar o trabalho trágico e naturalizado em Zola na Paris de fortes mudanças sócio-urbanas. As fragmentações das imagens do ser em Picasso ou os matizes e experimentos de coloração em Matisse, bem como a busca psicologizante em Marcel Proust sugerem novos tempos-espacos aglutinados, curvos, quebrados, alterados por forças físico-químicas até então desconhecidas e hoje chegadas aos cem anos. A dramática aparição dos homens e mulheres aparentemente liberados da escravidão, mas presos nas malhas da sociedade elitista e de democracia de pés-de-barro, tão presente em Lima Barreto, (como de outro modo o foi em Aluísio Azevedo) estava a exigir uma referência nova para as relações de trabalho. Quem sabe um projeto de sociedade industrial em que, pelo menos, a eficiência, o dever e o salário justo se sobreponham à exploração vulgar e socialmente legitimada?

Deste modo, o tempo contemporâneo é fundado na reorganização das linhas científicas do momento anterior, século XIX, em que Iglesias (1979, p. 279ss)¹ localizou três pilares: 1) criação das disciplinas auxiliares da História; 2) desenvolvimento das Ciências Sociais; 3) ampliação do horizonte histórico pelo estudo de novas fontes. Como valor agregado ao quadro de referências, é necessário destacar que a Economia foi

pioneira, pois adquiriu organização e consistência na segunda metade do século XVIII.

Ora, tal processo de construção de campos do saber exigia uma sociedade livre e soberana, a relação tanto quanto possível harmônica entre capital e trabalho, a estruturação do Estado e das forças produtivas e, como liame indispensável, a dinâmica cultural. Precisamente aí a história brasileira apresentou altos e baixos. De um lado, as artes literárias (embora mitigadas pelo analfabetismo) caminham da apoteose das manifestações naturistas e imitativas do centro europeu para a consciência de um sistema orgânico nacional, em que, como mostra Candido (1976, p. 90)² realiza-se a “manifestação dos grandes problemas do homem do Ocidente nas novas condições de existência.” De outro lado, começa a enraizar-se o movimento republicano, também parcialmente positivista, disposto a construir a modernidade e superar o estatuto imperial-colonizador. No interior desse processo, apresenta-se uma sociedade que diagnostica adequadamente sua inserção no modo capitalista de produção industrial e comercial, mas não tem competência para implementar políticas capazes de beneficiar a todos, determinando as modernizações incompletas e dependentes (CELSO FURTADO, 1974, p.30)³ Tal fenômeno leva Octavio Ianni (1992, p.112)⁴ a concluir que há um desencontro entre sociedade e economia, que revela o próprio segredo da prosperidade minoritária, visto que “as expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. Os mesmos indicadores econômicos da modernização alimentam-se dos indicadores sociais da sociedade primitiva”.

A construção do saber das Ciências Sociais Aplicadas e das Artes

Literárias nesse quadro promissor para pensar o desenvolvimento mostra relações e valores ainda insuficientemente trabalhados, para os quais convém construir linhas de investigação.

Matéria, saberes e sua abordagem

Com o intuito de demonstrar os modos de construção do saber literário e seu diálogo potencial com segmentos das Ciências Sociais Aplicadas, convém trabalhar pela expansão de sintagmas produtores de certos paradigmas. Isto é, apresentar expressões artísticas e científicas que se organizam concomitantemente, dentro de um quadro histórico; ato contínuo fazer ver os intercâmbios semânticos e a conseqüente construção de painel de idéias-tronco na história brasileira moderna e contemporânea. A demonstração de sincronicas e/ou defasagens no tempo e no espaço constitui a estratégia metodológica a favor do escopo deste trabalho.

Presente na rabeira da superação escravista, o Brasil não coordena os fatores dinâmicos das revoluções industriais européia e americana: a intensa urbanização, o rápido crescimento das populações, o desenvolvimento dos sistemas industriais e sua cadeia, o aperfeiçoamento dos meios de transporte e a distribuição de riquezas. Tal fato fica assente, antes de tudo, nas enunciações possíveis. Enquanto um Wharton, Halsey ou Taylor emitem pressupostos e proposições a partir de um lugar que comporta saberes vividos e conhecidos, num quadro de especificidade do campo de trabalho e seu processo administrativo, o debate brasileiro laborava em torno das tendências hegemônicas que dirigiriam a República. Evidentemente, havia grande empenho em discutir o trabalho e o capital na terra recém-saída da escravidão. No entanto, o am-

¹ História das Ciências no Brasil. Organizado por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama. São Paulo: EPU, Editora da USP, 1979, p.269.

² Candido, Antonio. Literatura e Sociedade. 5.ed. revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

³ Revista Argumento. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, ano 1, n. 3, 1974.

⁴ A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

biente era de púlpito, tribuna, não de operações organizatórias. Mas as conseqüências profundas da longa e multifacetada Revolução Industrial já batiam às nossas portas, isto é, as cidades se tornavam densas e complexas, reclamava-se trabalho nativo e imigrante, eram exigidos investimentos e lugares para implantação das plantas fabris, implantavam-se ferrovias e criava-se comunicação em torno das novas idéias de comércio. Joaquim Nabuco, *apud* Caio Prado Júnior (1966, pp. 79-80)⁵ revela novos fundamentos da atividade econômico-administrativa ainda nos tempos da Lei de Supressão do Tráfico, segunda metade do século XIX: “Os capitais que eram empregados nestas ilícitas transações afluíram à praça, do que resultou uma baixa considerável nos descontos; o dinheiro abundava e uma subida extraordinária teve lugar nos preços das ações de quase todas as companhias.” Complementa Caio Prado informando sobre a intensificação da vida comercial e das emissões bancárias, estas centuplicadas em menos de dez anos. Seguem-se as conseqüências: a primeira estrada de ferro, de Mauá a Fragoso, o início da Estrada de Ferro Pedro II, o telégrafo e as concessões de linhas de navegação. O viés do pesquisador clássico da evolução político-econômica do Brasil coincide com discípulos e sucessores: a partir desse sentido de progresso cria-se uma tendência burguesa progressista (em parte liberal, em parte positivista), que se choca com fortes interesses do passado e, no interior da pugna kafkiana que travam⁶, modela-se o Brasil contemporâneo, tendo a maioria das populações como massa de manobra. E convém lembrar que o modelo das hegemonias dependentes produz cultura, introjeta hábitos e modos de vida, organiza a construção intelectual e induz certos currículos e pedagogias escolares, o que torna o cenário ainda mais problemático, tanto ontem como hoje.

Muito proximamente ao tempo em que o clássico da Administração Frederick W. Taylor desenvolvia etapas do que depois se denominou

Administração Científica, nossa intelectualidade se debatia entre princípios científicos positivos e as forças da reação. A ciência do trabalho, as formas ideais de remuneração, os padrões de produção, os modos de cooperação administrativa e o próprio valor das especializações⁷ seriam temas possíveis nos eixos densamente urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas fora do quadro obsessivo do elitismo e sua luta de hegemonias intestinas. O que não se deu. Nas tribunas brasileiras, e não nas poucas fábricas, os seguidores de Augusto Comte discutiam (CRUZ COSTA, 1967, p. 237ss)⁸ a viabilidade do salário, o descanso dominical (relativo à religião dos trabalhadores), as férias anuais de 15 dias, a aposentadoria aos 63 anos, o trabalho juvenil somente após os 14 anos etc. A Ciência Positiva tinha, evidentemente, arautos avançados, como se vê das propostas, mas nenhuma reflexão sobre as mediações entre a brutalidade colonial-escravista e o suposto regime de liberdade. Faltavam as passagens e diálogos entre as realidades do momento negado e do projeto a conquistar. Falta um sentido humanista e esclarecido de gestão a implementar no Estado pretensamente moderno. Pior: perdia-se a liberalidade do discurso positivista no impulso claramente centralizador do Estado. No entanto, considerando (como diria Comte) que “os mortos governam os vivos”, Bosi (1992, p. 294 ss)⁹ nos mostra o modelo autoritário presente durante quase todo o século XX, certamente imbuído de sedução a favor do valor do trabalho, da força da materialidade cultural e da dignidade dos pobres. De fato, o arroubo discursivo que negava os interesses do industrialismo e sua avidez

de lucros terminou, vezeiro, cúmplice e colaborador, sem a garantia dos direitos concretos e cotidianos das maiorias, o que também dificultou continuamente a expansão de mercados e a melhor capacitação dos cidadãos para o exercício desses direitos. Um exemplo de monta é a formulação da educação humanística para os mais ricos e do ensino profissional para os mais pobres, modelo que perpassou o século XX e ainda é fantasma das nossas óperas educacionais.

Um texto exemplar e pouco conhecido de Furtado (1984)¹⁰ reafirma o sentido do projeto econômico e político da construção do Brasil. Organizado em sete teses, a de número 3 se situa no tempo deste estudo e mostra que a formação étnico-social do território nacional e suas subdivisões apontam para grandes grupos sociais submetidos, como exemplo os indígenas e africanos e sua descendência. Aí residiu a força das matrizes tecnológicas e culturais da Europa, a par do trabalho deliberado em fracionar, romper e fragmentar as relações culturais e o aprendizado técnico das maiorias. O que significa negar o direito a conquistar e, de algum modo, gerir o conhecimento. As instituições, os sistemas industriais, as cidades e demais organizações tendem a reproduzir essa matriz comportamental, mitigadora de direitos. De seu lado, a mediação de Estado e Igreja foi rígida a ponto de produzir estamentos burocráticos de tipo civil, religioso e militar. Esses pilares de Estado e Igreja organizaram-se como modo de ver o mundo e construir seus valores, o que impossibilitou a virada do espelho dessa matricialidade. Se fora possível esse movimento, teríamos implementado a transversali-

⁵ Evolução Política do Brasil e outros ensaios. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

⁶ Citada por Hannad Arendt no início do seu livro *Entre o Passado e o Futuro*, Ed. Perspectiva, 1971.

⁷ Vide Lodi, João Bosco. *História da Administração*. 8.ed. São Paulo: Pioneira, 1984;

⁸ Cruz Costa, in *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, cita Teixeira Mendes.

⁹ Bosi, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

¹⁰ *Que Somos. Sete Teses sobre a Cultura Brasileira*. Revista do Brasil. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, 1984.

“ ... vicejaram
soberanamente o
autoritarismo complacente
e suas contrapartes, os
mal chamados jeitinhos
sociais. ”,

dade, isto é, um olhar penetrante, de conjunto a partir das bases étnicas, de gênero e de acessibilidade aos bens construídos, o que se constituiria condição de ação cultural em processo de universalização de direitos e oportunidades. Portanto, vicejaram soberanamente o autoritarismo complacente e suas contrapartes, os mal chamados jeitinhos sociais.

Não se pode, pois, considerar que nossa cultura política foi meramente atrasada, ou mesmo defasada. Deve-se vê-la como fruto de escolhas histórico-políticas, capazes de engendrar formas de gestão dos bens públicos e privados e modos de desenvolvimento sócio-econômicos que continuam a influenciar o nosso modo de ver e ler o país e o mundo.

Saberes estético-sociais em outra chave

O tempo que vai da agonia do Império ao movimento estético regionalista dos anos 30 revela não somente a organização do cânone literário brasileiro como o seu melhor empenho social. Das diatribes em torno dos navios negreiros à complexidade urbana, das sutilezas da Corte à subjetividade dos pretensos cidadãos, dos discursos formalistas do Liberalismo ao estouro libertador de 1922, dos novos fluxos de consciência à descoberta dolorosa do subdesenvolvimento humano e político, tudo isso significou que as artes literárias do Brasil ganharam maioridade simultaneamente à construção dos modos modernos de exercício do capital e do trabalho.

Candido (1957, p.26ss)¹¹ demonstrou o empenho social da literatura brasileira: “Depois da Independência, o pendur (do empenho) se acentuou, levando a considerar a ativi-

dade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los.” Evidentemente o fenômeno se deu no interior da economia das obras e não como mera instrumentalização dos textos. O empenho social foi, como veremos, dado interno à obra artística, urdidura estética da linguagem e não mero pretexto. Assim posta, a construção social da literatura alcança, como veremos nas obras, as estruturas da sociedade, seus valores, ideologias e técnicas de comunicação.

Entre tantos exemplos dessa criação empenhada e agregadora de símbolos e valores, a escolha sumária de textos para os limites deste estudo incide sobre Machado de Assis (1839-1908), Aluísio de Azevedo (1857-1913), Lima Barreto (1881-1922), José Lins do Rego (1901-1957) e Alcântara Machado. Escritores dos vários eixos geográficos do país merecem novas e renovadas leituras. O prazer em nomear outras e outros criadores torna-se impossível pelo espaço, mas esse recorte garante a representação da qualidade. Ao lado deles estão muitas vezes de uma literatura que construiu um compasso desafiador para o exercício das Ciências Sociais. Mestiço, burocrata e fundador da Academia Brasileira de Letras, Machado é o cronista da precariedade das pessoas e instituições, mesmo da mesquinhez trabalhada a contrapelo. Suas armas foram o humor, a teatralidade e a ambigüidade, não por conta própria, mas porque subjaziam no imaginário da vida social mentada e mesmo vivida do Realismo e do Pré-Modernismo, tempos de construção da República Brasileira. Já a estirpe quase aristocrática de Aluísio de Azevedo não o impede de converter-se à narrativa da tragédia urbana, que a hodierna gestão pública ainda conhece. Certamente nele o recorte naturalista de Emile Zola e Eça de Queiroz produz um programa de

trabalho, uma cultura da organização literária a favor dos temas da mestiçagem brasileira e da gangorra social. Ainda no tecido urbano da efervescente capital do Brasil, minhota-italica-negra-mestiça, um dos mais originais escritores: Lima Barreto. Da boemia à loucura, do nacionalismo à ternura diante de sua etnia afro-descendente, Barreto, o amanuense, o funcionário, empreende uma bela leitura dos clássicos europeus e compõe crônicas, contos e romances que traduzem a inquietude do seu interior a convergir para o desejo de mudar a realidade social. Suas narrativas das ruas e gentes do subúrbio constituem, a qualquer tempo, lições e desafios para o aprendizado sobre as culturas populares do Brasil, sempre realistas e, quer brechtiana, quer quixotesca, sonhadoras do melhor governo, do aperfeiçoamento das instituições e da dignidade da vida cotidiana. O salto a São Paulo encontra o prosador do Brás, do Bexiga e da Barra Funda. Em Alcântara Machado de fato reside a construção divertida e por vezes trágica do mundo do trabalho e dos trabalhadores, da humanidade imigrante-migrante que compõe cenários homólogos quer ao mundo movente e forte de Jorge Amado e Raquel de Queiroz, quer ao fazer musical de Noel Rosa, Adoniram Barbosa e do Cordel, todos relacionados ao estabelecimento do precário sistema de micro e pequena empresa, cujos proprietários dividiam sentidos de classe e destino com os trabalhadores da organização artesanal e fabril. Enfim, a grandeza do neo-realismo de tempos getulistas em José Lins do Rego. Momento histórico concessivo-centralizador e época da primeira revolução industrial, que encontra forte movimento reivindicatório de trabalhadores e operários no sudeste e no sul, mas tritura a vida que teima em manter-se rural-urbana. A consciência estruturante da escritura nordestina reage prontamente e cria o extraordinário painel dos vários brasis, que não se resume à Ge-

¹¹ Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos). 4.ed. São Paulo: Martins, 1957.

ografia ou à Economia, mas à totalidade da vida sócio-cultural. Lins do Rego localiza o bangüê em sua passagem para ser usina, o que deixa tudo em fogo-morto.

Todos esses autores – e com eles Anita Malfatti, Portinari e Carolina de Jesus, para citar poucos – têm antenas para a atualidade, pois produziram uma sensibilidade projetada para além do seu tempo, que atravessou a história brasileira e ainda encontra o país a debater-se entre modelos sócio-econômicos, senão equívocos, pelo menos duvidosos. Do mesmo modo, por ser uma literatura de afirmação e de construção de linguagens emancipadoras, esses valores sinalizam consciências inovadoras e sugerem que o país busque emancipar-se de suas dependências e imitações, no rumo de culturas que mesclam a abertura e a originalidade, o específico e o geral, o cosmopolitismo tingido por marcas das mãos das maiorias.

Para sinalizar essa atualidade, os comentários sobre Machado e Lima Barreto lançam mão de periódicos recentes que usualmente focalizam outros temas que não a literatura. Sevcenko (2004)¹² trabalha um pequeno conto de Machado de Assis denominado *Um Incêndio*. A narrativa dá conta de que um oficial da marinha de guerra britânica acompanha um incêndio em Montevideu e, a partir de um grito de circunstância lança-se ao fogo para salvar uma jovem entrevista em janela de uma escola de costureiras. Consegue o feito, depois de intenso sofrimento. Na hora de puxar o corpo das chamas, dá-se conta de que era um manequim. Volta com maior sofrimento e já no saguão do edifício tem a perna partida por homens da lei que o tomam por ladrão de ocasião. O comentarista de Carta Capital vai da imagem ridícula à análise da empresa Wal Mart. A alegoria contém o ato heróico, a experiência cultivada na história humanista que vem do século XVIII (ou do Quixote?) e revela a dedicação aos fracos e oprimidos. No entanto, tal pendor é tido como ameaça criminosa ou comportamento desviante. A despeito disso, o fato

narrado é que se tentou salvar a pessoa que era não-pessoa, pois foi suficiente a imagem humana para impelir ao ato salvador. Sevcenko caminha para mostrar como as grandes corporações contemporâneas estão produzindo manequins e os envolvendo na fumaça. Mas que ninguém os salve, pois se o tentar, terá mais que as pernas quebradas. Cita a empresa multinacional emblemática: lucros crescentes, superação da concorrência, 2% do PNB dos Estados Unidos, modelo de padrão gerencial e objeto de desejo. Entre suas proezas, no entanto, encontra-se a manutenção da maioria de seus funcionários, especialmente as mulheres, um pouco abaixo da linha de pobreza americana, cerca de 15 mil dólares por ano. Conclui:

... quem quiser salvar manequins no atual incêndio vai levar extintor não nas pernas, mas direto na cabeça. Saímos do maniqueísmo da Guerra Fria para o 'manequismo' do turbo-capitalismo. Salve-se quem puder e que ninguém se atreva a querer salvar os despossuídos e desapeoados. Eles são o combustível da grande fogueira.

Ainda que não coubesse toda a máscara da narrativa no rosto da corporação multinacional, porque o autor não revela a construção estético-lingüística das personagens, o jogo de máscaras é tema machadiano. Nele fica patente o libelo a respeito do nosso ímpeto de destruição edulcorado pelo comportamento gentil, socialmente aprovado. Quer a narrativa denominada *Teoria do Medalhão* (1882)¹³, quer o conto *A Causa Secreta* (1896)¹⁴, neles a trama cria a volúpia dos que manejam processos e passam a crer que podem tudo. Por isso, a destruição é iminente. Um pai orienta o filho (ambos não-nominados) a comportar-se mais que maquiavelicamente a fim de auferir benefícios sociais e cargos elevados na sociedade. Um médico

dedicadíssimo, Garcia, se afeiçoa à morte dos outros e faz convergir o domínio e o poder destruidores ao ritmo da emoção. Cada nova frase aumenta o sentido da alienação, enquanto parece construir a verdade. Ao fim, a destruição efetiva explode em lágrimas e inconsciência. Enfim, as máscaras definem a organização do discurso, dos gestos, das instituições. O parecer ser é, de longe, mais politicamente correto do que o ser. Na parte central do pequeno conto do medalhão há um conceito de publicidade e marketing para ser pensado:

– Não te falei ainda dos benefícios da publicidade. A publicidade é uma dona loureira e senhori, que tu deves requestar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, cousas miúdas (...) Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste?

Noutro ponto sugere que o filho aprenda toda a terminologia científica, não para entender processos científicos, mas para citar amplamente os termos em suas falas e demonstrar entendimento... Garcia, o médico, propôs a parceria a um amigo, que se denomina *capitalista*, para que fossem proprietários de uma casa de saúde, onde ele poderia exercer a magnanimidade do seu trato com a morte, a gerência do seu pendor para ajudar, inclusive ajudar a matar... Enfim, a leitura de Machado nos coloca questões centrais da cultura, seus modos de organização social e os sentidos da identidade: em primeiro lugar, o que há de profundo em nós é (ou não) a opinião dos outros? Ato contínuo, um tema decorrente, isto é, o homem é objeto do homem na sociedade que restringe a organização e o direito econômico.¹⁵ Em segundo lugar, no seio da era burguesa, o trabalho sem mérito

¹² Sevcenko, Nicolau. Carta Capital. São Paulo, ano XI, n. 323, 29 de dezembro de 2004, p.68-69.

¹³ Bauru:Edusc, 2001.

¹⁴ Contos Escolhidos. Org. Célia A. N. Passoni. São Paulo:Núcleo, 1994.

¹⁵ Candido, Antonio. Esquema de Machado de Assis. Vários Escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

ou valor é um ápice de frustração histórica, como se depreende do *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, especialmente na construção da personagem D. Plácida. No entanto, tudo é trabalhado com agudeza, ironia, sensibilidade, linhas narrativas que produzem o jogo entre ficção e realidade e, conseqüentemente, nos permitem apreciar melhor os momentos vividos.¹⁶

A revista *Pesquisa*, da Fapesp (2005)¹⁷, discute o lançamento de *Lima Barreto: toda crônica* (2004).¹⁸ O autor do texto, Carlos Haag, apresenta o Lima Barreto reivindicador, nas vozes e gestos dos suburbanos. De fato, trata-se de uma história dos vencidos, daqueles grandes grupos populares que ousavam exigir cidadania para todos. Ao caracterizar a crônica como consciência estruturante direta da realidade, Haag vê a travessia política e humana do autor carioca, entre a franqueza das opiniões e a condição de pária, com todas as portas dos jornais fechadas aos seus textos. Nessa condição, aumenta a sua força de intérprete da cidade, pois passa a publicar nos mais humildes órgãos de divulgação. E assim opera a dialética da República. Sendo republicano de carteirinha, encontra nela o Brasil de sempre, contraditório, prenhe de privilégios e injustiças. Daí passa a ser crítico da estrutura política iniciada em 1889. Reflete sobre tudo e todos. É possível encontrar nele um texto assim: "...contra a voracidade insaciável dos políticos de São Paulo, contra o aumento de impostos, contra a propriedade imóvel, contra o capital imobilizado que não concorre para a riqueza do país." Ou a crítica ferina ao futebol: "O papel do football é, repito, causar dissensões no seio da vida nacional. Os maiores déspotas e os mais cruéis selvagens martirizam, torturam as suas vítimas, mas as matam afinal. Matem logo os de cor. E viva o football, que tem dado tantos homens eminentes ao Brasil. Viva!" Sabe-se que sua implicância reside no esporte branco de então ou na dissimulação dos futebolistas negros dos clubes. O autor de *Triste Fim de Policarpo*

“ A obra de Lima Barreto é, de certa forma, uma teoria social da cidade em perigoso crescimento. ”

Quaresma, obra que se faz contraparte em qualquer bom estudo sobre as obsessões nacionalistas e a análise das teorias da burocracia estatal, terminou a sua vida entre internações de hospícios. Mas o que conhecemos (especialmente por obra de releituras) é pilar do modo de construir os saberes na sociedade urbana do Brasil. A obra de Lima Barreto é, de certa forma, uma teoria social da cidade em perigoso crescimento.

Nesse passo vai o paulista Alcântara Machado. O seu olhar coincide com o da gente que está fora dos salões, das academias e mesmo das leiterias próximas ao Largo S. Francisco. Entre impressionismo e realismo, a gente que narra a cidade gira pelos trens, carroças e bondes rumo ao trabalho e vice-versa, às casas humildes: magarefes, cegos cantadores, comerciários, empreendedores humildes. A organização lingüística dos seus textos esclarece tudo, pois é coloquial, nativa-italianada. Mais importante é que o painel ocupacional da gente paulistana provê lances de consciência sócio-política, encontra a dor, encara a morte, sugere novos modos de gestão pública. Como exemplo o conto *Apólogo brasileiro sem véu de alegoria*¹⁹ No trem de subúrbio, a precariedade é evidente. Para exacerbá-la, falta luz. O cego flautista faz perguntas ao seu guia sobre a sucessão presidencial, que demonstra ignorância, pois não pôde ler os jornais. Motivo: falta luz

nos vagões. Baiano cego protesta: a luz é indispensável! Onde já se viu falta de luz! Na continuação do protesto público, os trabalhadores do matadouro do arrabalde começam a cortar as espumas dos bancos e jogá-las ao leito da estrada. Sem que ninguém pudesse fazer nada, liquidam com os assentos do trem e deixam expostas as carcaças. Mais tarde, aberto um inquérito, um homem evangélico garantiu que o líder do protesto foi um cego. O delegado, então, imediatamente o recolheu ao xadrez por desacato à autoridade.

O ritmo da linguagem comanda o protesto aparentemente banal contra a gestão pública: quem não podia ver, viu e construiu um argumento que, assumido pelos homens do ofício de cortar, terminou em prejuízo da coisa pública. Por certo a luz do cego baiano não era aquela desejada por Goethe, mas o instrumental necessário para ao menos garantir uma política de transporte, muitas vezes descurado no espaço público. O sujeito deficiente, ao pretender pensar a grande política, encontra a ausência do mínimo valor instrumental. No abismo do incômodo que se segue, evidenciam-se os sinais dos desencontros entre povo e poder.

Refletir sobre desencontros é pouco quando a inovação dos sistemas eletro-mecânicos chega ao lugar do analfabetismo, da estrutura agrária medieval, da ausência das reformas nas relações de trabalho. Ali, o que se vê é o declínio de um ciclo da natureza e da cultura. Com direito à construção dos arquétipos e mitos da cultura ocidental. Na obra-prima *Fogo Morto*, de José Lins do Rego²⁰ o velho bangüê, a usina e as rarefeitas populações agrárias se sucedem e, nos desencontros, oferecem uma pauta para a estrutura agrária brasileira, antes do equívoco político-eco-

¹⁶ Schwarz, Roberto. A velha pobre e o retratista. Os Pobres na Literatura Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, pp. 46-50

¹⁷ Número 109, março 2005.

¹⁸ Editora Agir, 2005

¹⁹ Antologia escolar de contos brasileiros. Org. Herberto Sales. São Paulo: Edições Ouro, 1971.

²⁰ Publicada em 1943. A obra recupera imagens centrais aos romances anteriores: Bangüê, Menino de Engenho e Usina, publicados nos anos 30.

nômico que carrou multidões ao inchaço das grandes cidades e muito antes do MST. A propósito, vale citar Bosi (1970, p.448-449)²¹:

... esse estado-limite de ilhamento (que será a loucura de uma personagem trágica de Fogo Morto, o Coronel Lula de Holanda) não se faz possível em termos absolutos. A criança do Menino de Engenho desdobra-se no adolescente inseguro de Doidinho, já em contato com o mundo da escola, e no bacharel Dr. Carlos de Mello, dividido entre a cidade e o engenho, e que, em Bangüê, Moleque Ricardo e Usina, será levado a tocar a realidade áspera da pobreza, da revolta e das esperanças de homens que não descedem de meninos de engenho.

Rego não constrói narrativa brechtiana; de fato estrutura fluxos de consciência. A linguagem está no interior das personagens-em-construção, que a destilam na exigüidade dos instrumentos expressivos que o mundo agrário criou. *Mutatis mutandis*, esse é o universo humano que constrói as periferias urbanas, ergue Brasília, dá sentido e razão às fábricas e ao sistema produtivo na seqüência do programa: *Brasil, 50 anos em 5*, tempo de JK e sucedâneo. Há crianças a precisar da escola, bacharéis divididos em sua identidade, trabalhadores carentes de rumo profissional, profetas e quixotes do sertão, como Vitorino Paparabo. Evidentemente não se trata de folclore. Trata-se da difícil construção de vozes de uma cultura em mudança rápida, desassistida, mas que, a despeito de tudo isso, providencia modos de organização familiar, de vizinhança, de associação indispensáveis para a construção de valores e recursos humanos no Brasil modernizado. Exatamente a desatenção a essa pauta cultural é uma razão forte para os nossos tropeços em economia e sociedade, quer pela precariedade das taxas de desenvolvimento humano, quer pelo alto investimento a favor das causas da violência e da falta de saúde no corpo social.

As raízes desse processo já estavam presentes no Realismo-Naturalismo da gênese republicana. Na

obra que vem de Zola e Eça de Queiroz e cria cores locais: *O Cortiço*²² A crítica de Sérgio Milliet²³ dá conta do projeto narrativo que se tornou paradigma de todos os agrupamentos humanos precários, ou melhor, de todas as formações negadoras das políticas de governança pública. Segundo Milliet, o próprio Aluísio estabelecera um programa de trabalho, ao modo dos realistas franceses e portugueses: “tenciona pintar cinco épocas distintas, durante as quais o Brasil se vai transformando até chegar, ou a um completo desmoronamento político e social, ou a uma completa regeneração de costumes, imposta pela revolução.” Ora, o programa não foi seguido à risca, nem o país modernizador derivou para um dos extremos. Ficou, é verdade, no meio, morno. Por outro lado, a narrativa em construção se alimenta de generosidade e o que se pretenderia descrever e narrar como tipo, caráter anatômico de fato intercambia vida no mundo real das classes sociais divididas, mas capazes de algum dinamismo. Em Aluísio outra vez cria-se pauta para a República nascente, de quem se esperava solução e não tergiversação. Esperava-se a compreensão básica do quadro humano: Bertolesa, Pombinha, Jerônimo, Rita Baiana, personagens que, no intercâmbio com os empreendedores, quer o já rico Miranda, quer o comerciante em ascensão, João Romão, tinham baixa eficiência para a negociação, carecendo de poderes moderadores e investimento educativo-cultural para o necessário equilíbrio. Não seria, pois, republicano o processo de quase-extinção das personagens empobrecidas a par da exclusiva ascensão do novo-rico. Por esse caminho não seria possível explicar o país dos discursos modernizadores. A literatura foi pioneira em mostrar, desde há muito, a imagem projetada do país do futuro: entre os 10 primeiros da

economia mundial e relegado ao número oitenta nos indicadores de qualidade de vida. Mas o que torna paradigmático o romance de Aluísio Azevedo é que, na análise clássica de Candido (1993, p.130ss)²⁴ *O Cortiço* é a primeira obra brasileira a mostrar o mecanismo de formação da riqueza individual. Além disso, sua economia interna revela um tecido de relações concretas em que o Brasil é a figuração básica, pois revela-se o próprio mediador entre “a representação concreta particular (cortiço) e a nossa percepção da pobreza.” Diferentemente do modelo, a obra *L'Assommoir*, de Zola. Na obra francesa, a história de Gervaise conduz diretamente à experiência mental da pobreza. O cortiço e o bairro são os limites da personagem, capazes de defini-la e enquadrá-la. Em Aluísio, a grande personagem é o Brasil, que se busca interpretar. Quiçá mudar!

Essa literatura, que ainda sugere outros saberes e imagens, pautou a Nova República brasileira. Esta, conforme se depreende do trabalho das Ciências Sociais, apresentou consciência e sensibilidade como resultado dos intercâmbios entre pesquisa, investimento intelectual, ação política, empreendimentos de base social e organização da cultura. No entanto, o muito que não se fez na experiência republicana – vide Euclides da Cunha – deve ser debitado na conta do jogo de interesses dos projetos de hegemonia, que não sabem construir um país pela visão holística, mas exclusivamente a partir do umbigo dos gladiadores retóricos de plantão no poder. Daí os muitos entrecos de dependência e modernização incompleta, seletiva. Ou a perda de chances de efetivo desenvolvimento.

Saberes científicos e sua base (problemática) de inovação

O quadro cultural para o diálogo com as ciências econômicas e ad-

²¹ Bosi, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo: Editora Cultrix, Secretaria de Estado da Cultura, 1970.

²² Publicado originalmente em 1890.

²³ Introdução à obra de Azevedo, publicada pelo Círculo do Livro, sem data.

²⁴ Candido, Antonio. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

“... a fortuna crítica
desse saber científico e
humanístico é limitada e
desigual.”

ministrativas pertinente à realidade brasileira foi colocado sumariamente. De seu lado, a fortuna crítica desse saber científico e humanístico é limitada e desigual. No entanto, os fenômenos sobre os quais se construiu o aparato econômico-administrativo importado permitem inferir a construção de saberes e modelos de cultura organizacional. Daí a importância de ler algumas das chamadas histórias administrativas e econômicas do Brasil.

O didatismo dos textos é exacerbado e, com isso, há substancial perda de densidade crítica neles, o que significa perda de força cultural. Na obra de Avellar (1970)²⁵ não há lugar para o que seria efetivamente administrativo, isto é, tomada de posições em face de conflitos e necessidades. Ao contrário, sucedem-se feitos e fatos: o sucesso da produção do café e seus preços competitivos durante o Segundo Reinado, a expansão da pecuária, a construção das colônias européias, as revoltas e golpes, a República continuamente vítima da cizânia entre grupos de interesse. Ora, científica e pedagogicamente interessam os fatos, mas associados a processos. E ali não os temos. Intuímos, no entanto, a construção da dívida internacional ainda impagável, a falta de consciência republicana no jogo das velhas regionalidades políticas, a associação entre modernizações urbano-industriais e modos renovados de protecionismo dos investidores, a presença decisiva da inteligência estrangeira, a despeito da tentativa de transformá-los em escravos brancos. De fato, quanto mais didático o texto, mais denunciador do modo de construir educação em nosso país, pois dele fica ausente, para ser sumário, o círculo hermenêutico propugnado pelas Ciências Humanas e Sociais. Não há motivações, causas,

ligações teórico-práticas, alimentação de conceitos, relações, comparações. Deste modo, o movimento de Canudos – meados da última década do século XIX – é coisa de jagunços e “fiéis” entre aspas, a modernização empresarial se atrela, sem melhor análise, ao protecionismo dos governos, a monocultura aparece como tábua de salvação e a política não é nada mais que uma sucessão de conspirações. Um segundo autor, Vianna (s.d.),²⁶ dedica 60 páginas do seu livro para o que entende ser história administrativa e 270 páginas para a história econômica, separadas embora incongruentes. A linguagem de nível culto, comportada, faz todas as concessões aos estereótipos tidos como hegemônicos, especialmente quando traça um panorama do Segundo Reinado: “A partir de 1849 passou o Segundo Reinado a gozar de um largo período de paz interna, que durou quarenta anos, até a Proclamação da República. Aproveitando-o, grandes reformas foram realizadas, em todos os setores administrativos, de modo a permitir o progresso geral do Império”²⁷ Sobre a escravidão, seu discurso fundamental versa sobre a permanência dos ex-escravos nas fazendas sob pagamento regular pelos serviços prestados. Sobre empreendedorismo, o único citado é o Visconde de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, entendido como a grande figura do fim do Império. Cabe observar que o discurso de Vianna sobre a longa paz do governo de Pedro II tem como fonte, não citada, a obra clássica de Fleiuss, do mesmo nome.²⁸ Este último o remete ao Visconde de Rio Branco, autor do discurso sobre o império pacificado. Em Taunay (1972)²⁹ o texto é sumário e repetitivo. Interessa um dado: em 1890 o país tinha 636 organizações fabris e

comportava 54.169 operários; já em 1920 alcançava 13.569 estabelecimentos, com 293.676 operários. A par de listar os jogos de cena dos homens que protagonizaram o fim do Império e o início da República e construir impressionante rol de leis, decretos e instituições, é curiosa a observação de Fleiuss (1925, p. 405) sobre o dia da proclamação republicana: “O povo assistiu áquillo bestializado, attonito, surpreso, sem conhecer o que significa” Segundo o autor, o comentário veio de Aristides Lobo, ilustre figura presente aos atos de 15 de novembro.

Pelo sim, pelo não, essa historiografia é indispensável. Abre-se, como suporte temporal, à construção do quadro de referências para o trabalho interpretativo. Convém, no entanto, vê-la como portadora de códigos de expressão incapazes de informar sobre o tempo narrado. Seria, pois, inconveniente considerá-las factuais, visto que fatos educativos, culturais, do lazer (ao menos da nascente burguesia) ou da saúde estão ausentes do testemunho historiográfico. Assim também, não há lugar para a subjetividade, a narrativa das gentes do povo. Quando referido, o povo se parece com as bestas. O que, obviamente, não se vê em Machado, Lima Barreto, Euclides ou Graça Aranha etc. No mínimo, povo significa a pluralidade, a diversidade em processo de diferenciação. A sucessão de postulações legais parece não ter efeito social, econômico e espiritual na conformação da nacionalidade, o que dá um tom cartorial aos textos. Ademais, a despeito da consolidação das teorias econômicas ainda no século XVIII, elas não operam a concatenação dos dados textuais. Observa-se nessas obras a estranheza do objeto – a administração – e uma incipiente tradução de

²⁵ Avellar, Hélio de Alcântara. História Administrativa e Econômica do Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: MEC-Fename, 1970.

²⁶ Vianna, Hélio. História Administrativa e Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

²⁷ ——— op.cit. p.90.

²⁸ Fleiuss, Max. História Administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925.

²⁹ Taunay, Alfredo d'Escragolle. História Administrativa e Econômica do Brasil. 7.ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Forense, 1972.

conteúdos não vivenciados. Depreende-se, pois, que as histórias administrativas, a despeito de dedicadas aos estudantes do jovem campo do saber, não participaram da formação de tomadores de decisão em face de processos já complexos, mas sim do adestramento de escolares para alguma erudição. Não é cientificamente complexa uma cidade, como o Rio de Janeiro, que em 1906 comportava 3.928 pessoas por km²? Nesse sentido, a literatura brasileira do período de elaboração dessas obras e sua crítica, contemporânea ou posterior, seria uma necessária contraparte para a busca da verdade histórica ou, pelo menos, para permitir a construção de consciências jovens portadoras de cientificidade, isto é, capazes de confrontar, compulsar, comparar, rever, provar. Nesse ponto, a arte é fator de cultura científica. Fazer Ciência Social sem que ao menos um bom percentual desses 3.928 homens e mulheres sejam consultados e tenham direito à expressão depõe contra a construção do campo do saber. Sem ser a expressão do real, a literatura, o cordel e o teatro popular criam representações de pessoas e discursos que podem confluir para a verdade da pesquisa, do ensino e dos projetos de governança nos seus graus mais profundos. Vida e Obra dialogam por aproximações, afastamentos, referências e cruzamentos. Metaforizando, qualquer guerra é tão pungente quanto os olhares cravados em Guernica, de Pablo Picasso, embora os fenômenos guerra e pintura tenham suportes e meios expressivos muito diferentes.

No entanto, a nossa história econômico-administrativa comporta algumas obras que enriquecem a reflexão. Buescu (1984, p.49)³⁰ observa que o Segundo Reinado se caracterizou pelo funcionalismo exagerado, com base na "incompetência profissional dos quadros e no conhecido empreguismo político." Permite comparar com fatos já referidos. Dean (s.d.)³¹ esclarece que o café foi base monetária para a industrialização paulista e quiçá brasileira, dada a circulação de valores econômicos, necessidade dos equipamentos e su-

portes, transportes e energia. Retomando reflexão anterior, temos que o trabalho livre, a construção de processos sociais complexos, a densidade urbana e suas instituições, os investimentos, a formação e valorização de quadros e a modernização de espaços e equipamentos garantem o exercício do saber administrativo, do projeto econômico e da cultura organizacional. Do mesmo modo, não se pode pensar em cultura, desenvolvimento e democracia, ou em construção do tripé obra artística-autor-público-fruidor ou consumidor sem esses mesmos vetores, os quais garantem a operação das Ciências Sociais Aplicadas.

Conclusão

Dada a consciência do tema em construção, quem pesquisa, ensina e planeja no âmbito destes saberes sociais aplicados, pode e deve, à guisa de inovação, agregar valores ao seu processo de trabalho. O que se recolhe desse trabalho comparado de arte e saber econômico-administrativo é que, em primeiro lugar, os campos se desconheciam na História brasileira, não intercambiaram seus códigos de expressão. Embora um pudesse ter fornecido ao outro sentidos da subjetividade e do caráter humano - matéria prima para gestão de economia e pessoas - bem como variáveis para pensar a força de trabalho e modos de negociação, o que de fato se verificou é que as expressões históricas da Economia e da Administração durante muito tempo se bastaram nas traduções de doutrinas e seus cânones, agravadas pela supremacia da descrição economicista. A reflexão do criador de arte, de seu lado, dependeu do gênio e da observação participante. Quando Mário de Andrade lamentou em 1942 a experiência somente libertadora, mas não propositora, do Movimento Modernista dos anos 20, refletia um aprendizado de gestão

do conhecimento, de mediação entre experimentalismo e benefício social do saber para as maiorias marginalizadas. Em segundo lugar, cabe considerar que as obras literárias são também culturas organizacionais: constroem códigos, produzem representações, hierarquizam valores, projetam visões de futuro, organizam estratégias. Seu estudo crítico compõe o espaço das ciências sociais aplicadas, pois os códigos lingüísticos estetizados servem à expressão individual, à comunicação coletiva e à análise da experiência de ambos, o que cria amplas referências sociais. Portanto, o diálogo das obras de arte e das obras da cultura econômica e administrativa é tão fecundo quanto as relações entre educação, saúde e cultura. Uma obra que experimenta esse caminho de modo competente é organizada por Motta e Caldas (1997).³² Dado o seu pioneirismo, ela ainda não escapa dos riscos do ecletismo no conjunto dos ensaios, de uma visão singular de cultura e, especialmente, dos riscos do típico em cultura. Também a nossa literatura se envolveu nesse ingente debate e novos estudos comparados seriam inestimáveis para a continuidade dos enfoques. Outrossim, o mundo de personagens concretos, situados e até sitiados da economia e da gestão também engendra uma estética, que advém do gesto criativo das pessoas. Por isso, as relações que se estabelecem entre arte e metodologia da pesquisa, literatura e filosofia, jogos de empresa, políticas sociais e narrativas, criação estética e produção de bens e valores, recursos humanos e redação literária podem agregar significativas novidades ao processo de ensino, pesquisa e formação profissional em Ciências Sociais Aplicadas. Entre elas: diminuir a aridez positivista das metodologias, ampliar a capacidade expressiva de estudantes e mestres, fomentar lastro humanitá-

³⁰ Buescu, Mircea. Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império. Brasília: Funcep, 1984.

³¹ Dean, Warren. A Industrialização de São Paulo (1880-1945). 2.ed. São Paulo: Difel, (s.d.).

³² Motta, Fernando C. Prestes e Caldas, Miguel P. (orgs.) Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

rio para o exercício profissional, estimular diálogos entre campos de saber e entre pessoas componentes de culturas organizacionais; enfim, abrir amplamente uma tendência contemporânea à ecumenicidade e ao intercâmbio de culturas e fechar um pouco mais a outra tendência, de submissão de um saber a outro, de fundamentalismo do receituário e de desvalorização dos esforços humanos, individuais e coletivos. Noutras palavras, reconceituar amplamente sentidos de desenvolvimento.

Consideremos que o mundo da literatura é um mundo de empreendedores, de sucessos e fracassos. Daqueles empreendedores de Machado e Aluísio aos camumbembes do Regionalismo, dos excluídos de Lima Barreto aos caboclos e praieiros criativos de Mário de Andrade e Jorge Amado, dos pagadores de promessa às mulheres organizadoras do negócio e da casa na jovem república, esse vasto painel constitui uma agenda ainda inconclusa para as gestões econômico-sociais. Seus códigos de comunicação, suas pinturas humanas, suas expressões de trabalho, seus modos de organizar o espaço de domínio humano sobre o ambiente, suas éticas e religiosidades lançam luz sobre pessoas e organizações contemporâneas e questionam nossa contribuição, como intelectuais e gestores, à construção de organizações sociais melhores, democráticas. Daí que se faz presente todo um trabalho de ensino e pesquisa para a decodificação das chaves comuns de arte e ciência aplicada. Enquanto uma busca revelar, a outra compreende e por vezes explica o real, incluído o imaginário, também muito real, como sugerem contemporaneamente as fronteiras das ciências naturais e da poesia. Haveria melhor exemplo do que **O Universo numa casca de noz**, de Hawking? As ciências e as artes manterão suas identidades, não se confundirão. O que poderá ocorrer é que seus códigos em contato enriquecerão e esclarecerão o presente e o devir. Poderão criar comunicação, outro nome para a paz social.

Em uma de suas últimas confe-

rências, a Aula Magna de 2004 nas Ciências Sociais da USP, Octavio Ianni demonstrou a tendência em dividir e subdividir campos de conhecimento, tidos como valor epistemológico. Sugeriu que a exacerbação da tendência leva a riscos de pulverização do conhecimento e mesmo o de supremacia do que é técnico por ser utilitário. Apresentou então a noção de narração/narrativa como lugar de encontro de filosofia, ciências e artes. A partir da narratividade de ciências e artes, ofereceu exemplos de como textos e imagens com diversa identidade agregam valores de compreensão, explicação e desvendamento do real. Na sociedade em que o conhecimento forma cartéis subordinadores, o encontro de narrativas que se entendem como sujeitos históricos, autônomos, pode abrir caminhos no labirinto, no tempo cortado por fundamentalismos e tendente a pensamentos pretensamente unificadores, senão autoritários. A reflexão de Ianni valoriza o presente trabalho. Considerar e colocar em contato as narrativas da Literatura, da Economia e da Administração, da arte e da ciência permite superar estereótipos dos campos de saber e ampliar os atos de compreensão, explicação e revelação. Nessa superação reside a riqueza dos códigos em diálogo.

Referências

ALCÂNTARA MACHADO, A. *Apólogo Brasileiro sem Véu de Alegoria. Antologia Escolar de Contos Brasileiros*. Org. Herberto Sales. São Paulo: Edições Ouro, 1971.

ARENDRT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

ASSIS, Machado de. *Teoria do Medalhão*. Bauru: Edusc, 2001.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa e Econômica do Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: MEC-Fename, 1970.

AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, Secretaria de Estado da Cultura, 1970.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUESCU, Mircea. *Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império*. Brasília: Funcep, 1984.

CANDIDO, Antonio. *Esquema de Machado de Assis. Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

_____. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. São Paulo: Martins, 1957.

_____. *Literatura e Sociedade*. 5.ed. revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

_____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993

CRUZ COSTA, J. . *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)* 2.ed. São Paulo: Difel, (s.d.)

FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925.

FURTADO, Celso. *O Modelo Brasileiro. Revista Argumento*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, ano 1, n. 3, 1974.

_____. *Que Somos. Sete Teses sobre a Cultura Brasileira. Revista do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Cultura e Município, 1984.

HAAG, Carlos. *Libertário Itinerante. Pesquisa*. São Paulo: Fapesp, 109, 2005.

IANNI, Octavio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

LODI, João Bosco. *História da Administração*. 8.ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

MOTOYAMA, Shozo e FERRI, Mário Guimarães (org.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1979, p.269.

MACHADO DE ASSIS, *Contos Escolhidos*. Org. Célia A N. Passoni. 1.ed. São Paulo: Núcleo, 1994.

MOTTA, Fernando C. Prestes e CALDAS, Miguel P.(orgs.) *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

PRADO JR. Caio. *Evolução Política do Brasil e outros ensaios*. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

SCHWARZ, Roberto. *A velha pobre e o retratista. Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, pp. 46-50.

SEVCENKO, Nicolau. *Destino dos Manequins*. Carta Capital. São Paulo, ano

XI, n. 323, 29 de dezembro de 2004, p. 68-69.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, *História Administrativa e Econômica do Brasil*. 7. Ed. Rio de Janeiro-São Paulo:Forense, 1972.

VIANNA, Hélio. *História Administrativa e Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (s.d.)

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E
URBANO**



www.unifacs.br
maregional@unifacs.br
Tel.: (71) 3273-8528

**MESTRADO
RECOMENDADO
PELA CAPES**

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

1. Desenvolvimento Regional
2. Desenvolvimento Urbano
3. Turismo e Meio Ambiente

OBJETIVOS

1. Adequar a formação dos profissionais à demanda de um mercado de trabalho em que é mais intensa a renovação do conhecimento científico e tecnológico.
2. Desenvolver a capacidade do profissional para apropriar-se de novos conhecimentos.
3. Desenvolver a capacidade destes profissionais para contribuir em uma solução de problemas sócio-econômicos organizacionais locais, regionais e nacionais.
4. Formar e atualizar professores, capacitando-os para o desempenho qualificado do ensino de graduação e pós-graduação.
5. Formar uma massa crítica capaz de desenvolver trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional.
6. Desenvolver a integração Universidade/Empresa incentivando a realização da pesquisa aplicada.
7. Promover o aprimoramento do processo ensino/aprendizagem através do incentivo à realização de pesquisas institucionais e o aperfeiçoamento do ensino de graduação.